

SITE DA CONTROLADORIA RECEBE CERCA DE 770 VISITAS POR MÊS

Desde a sua entrada no ar, no dia 14 de maio e até 31 de dezembro de 2001, o site oficial da Controladoria Geral do Município recebeu 5.386 visitantes únicos – o que significa uma média de 770 consultas mensais. Visitantes únicos são os internautas que permanecem até uma hora navegando no site. As page views (situação inversa à dos visitantes únicos, pois conta as várias vezes que o mesmo usuário consultou a página de abertura em um breve espaço de tempo) somaram 29.750 consultas, resultando em uma média de 4.250 visitas mensais. No período de sete meses, cerca de 3.800 matérias foram selecionadas para compor o clipping diário do site, privilegiando temas como administração pública, economia, informática e informes de conjuntura. Desse total, 140 matérias foram selecionadas para o banco formado pelo clipping especial, composto por artigos, editoriais e crônicas publicados em jornais e revistas de circulação nacional. O conteúdo geral do site também incluiu uma lista de 39 textos selecionados entre ensaios, resumos de monografias e de dissertações de mestrado.



Até 31 de dezembro de 2001, três enquetes entraram no ar – a primeira sobre orçamento participativo; a segunda sobre auditoria ambiental e a terceira sobre o papel de uma controladoria. As respostas mostraram, respectivamente, que os internautas desconheciam o tema orçamento participativo (65,75% responderam não; 23,29% sim e 10,96% disseram conhecer o assunto em parte); a maioria sabia do que trata a auditoria ambiental (51,82% responderam sim; 40% não e 8,18% disseram conhecer o tema apenas em parte); o papel de uma controladoria era conhecido pelo mesmo número de pessoas que desconheciam a função (35,29%), enquanto 29,41% sabiam alguma coisa do assunto.



A HISTÓRIA DAS LICITAÇÕES

Relato de engenheiro francês mostra a evolução dos métodos de contratação de obras públicas em vários países.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Este é o tema da entrevista com Luiz Carlos Azevedo, assessor especial da CGM.

EDITORIAL

Contabilidade pública: opção ou obrigação?

Lino Martins da Silva

Nos últimos tempos a contabilidade pública tem sido bastante esquecida nas grades escolares de nosso ensino médio ou superior e, para surpresa geral, a interpretação que vem sendo dada por alguns especialistas é de que a Comissão de Avaliação do Ensino de Contabilidade, nomeada pelo MEC, teria sugerido que a disciplina fosse enquadrada entre as optativas.

Não acreditei e ainda não acredito nessa afirmativa, principalmente a partir do momento em que o Congresso Nacional votou a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e pelas notícias veiculadas mostrando que todos os governos estão procurando cumprir bem a Lei que, entre outras coisas, vem sendo tratada como um marco para a implementação, afinal, de uma gestão pública responsável.

De modo mais específico, a LRF estabelece regras para o equilíbrio financeiro ao indicar que o comprometimento dos recursos do Tesouro e, portanto, tudo que decorra da compra de bens e serviços, tem como limite o volume de dinheiro disponível. Estabelece, ainda, que o montante das contas a pagar está limitada às despesas cujo material ou serviço já tenha sido fornecido ou a obra medida, quebrando assim com a absurda regra das contas a pagar não processadas e cuja validade extrapolava o próprio exercício da inscrição. Isso quebrava o princípio da anualidade orçamentária e – mais que isso – burlava a vigilância que o Legislativo e os Tribunais de Contas têm que exercer sobre a execução orçamentária.

Notícias mais recentes informam que o parecer não mereceu acolhida pelas autoridades mas fica a preocupação de que certos professores tenham imaginado essa possibilidade. Tal postura revela uma visão distorcida sobre a importância da Contabilidade das instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos. Cada vez mais observamos uma priorização do ensino de Contabilidade para as sociedades que têm o lucro como objetivo. Lamentavelmente ainda existem aqueles que criticam o critério de reconhecimento de resultados no setor público.

O peso do setor público no conjunto da economia, porém, torna imprescindível o desenho de um sistema adequado de informações, que seja útil ao processo de análise, avaliação e tomada de decisões públicas: nesse contexto, a Contabilidade Pública deve ter um lugar de destaque. Como disse Howard em artigo de 1985 (Teaching ideas for the commencement of the Governmental Accounting Course), “a importância da contabilidade e da auditoria no setor público é cada dia maior. A pressão fiscal de numerosas cidades, os impostos encobertos para recuperar as elevadas faturas das campanhas eleitorais, os requisitos de controle dos ingressos e o desejo dos cidadãos por um maior grau de responsabilidade na administração de seus impostos têm contribuído para este interesse pela contabilidade”.

Cabe a todos os que se dedicam às atividades públicas chamar a atenção para o fato de que, independentemente da vontade dos discentes, é da responsabilidade do Estado e das respectivas Universidades, bem como do Conselho Federal de Contabilidade, “orientar” o estudo da Contabilidade Pública, orientação que permitirá a descoberta pelos alunos dessa área alternativa do conhecimento que trata do acompanhamento, da análise e da proteção do patrimônio de toda a sociedade.

É preciso, portanto, que no processo de apreciação das alterações no currículo dos cursos de Contabilidade as autoridades reguladoras da educação fiquem atentas ao assunto. Por tratar-se de um dever social – o acompanhamento do patrimônio de todos os cidadãos – não deveria ficar a critério de alunos e professores a discussão sobre a obrigatoriedade do estudo da matéria.

Em uma perspectiva integrada, a informação disponível sobre a execução do orçamento, a gestão dos ativos afetos às entidades públicas e as responsabilidades assumidas permitem passar de uma análise do tipo “atividades desenvolvidas e despesas realizadas”, para uma “análise de correspondência entre objetivos fixados e sua realização”, considerando os custos totais incorridos na produção de bens e serviços que constituam a missão da entidade.

A ênfase à atividade empresarial no ensino das Ciências Contábeis tem sido a tendência ao longo dos últimos anos, resultando na formação de profissionais que desconhecem minimamente as regras do negócio

estatal – algo imprescindível para o desenvolvimento de estudos e análises que melhorariam a transparência agora exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A LRF atribui rígidas responsabilidades a Prefeitos e Governadores que, por sua vez, encontram dificuldades para contratar profissionais habilitados a darem respostas adequadas às demandas do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e da própria sociedade.

O posicionamento da Contabilidade Pública como disciplina optativa é indício de uma despreocupação grave com a administração pública brasileira e com a implementação efetiva da gestão fiscal responsável. Conseqüentemente, não será exagero que no futuro se compare a Contabilidade Pública à cabeça de bacalhau. Alguém já viu uma cabeça de bacalhau?

ENTREVISTA

Luiz Carlos Azevedo, assessor especial do gabinete do Controlador Geral do Município



Luiz Carlos dos Santos Azevedo, assessor do Gabinete do Controlador Geral, é graduado em Ciências Contábeis e mestrando em gestão do conhecimento na Universidade de Oxford, Inglaterra. Sua formação acadêmica profissional inclui curso de pós-graduação de gestão pela qualidade total na Universidade Federal Fluminense, participação na equipe de intercâmbio entre a CGM e o governo do estado de Maryland e bolsista selecionado pelo Instituto Cultural Minerva para curso de quatro meses na George Washington University (EUA).

Pre\$tando Conta\$ – Você vem de uma progressão: fez a sua graduação, depois a pós na UFF, a seguir o curso na George Washington University, o que o levou a fazer seu mestrado, correto?

Luiz Carlos – Sim. Só que na verdade aconteceu na seguinte ordem: depois da graduação veio minha experiência em Anápolis (no estado americano de Maryland), em seguida o curso na UFF e depois o de Washington, que considerei uma alavanca para o curso de MBA em Oxford. No intervalo entre o curso de Washington e o MBA, comecei o mestrado de administração pública na Fundação Getúlio Vargas (FGV), que tive de trancar mas espero retomar em breve.

Pre\$tando Conta\$ – Do que trata especificamente a área de gestão do conhecimento?

Luiz Carlos – Para entendermos a gestão do conhecimento é importante saber o que é o conhecimento. Segundo vários teóricos existe uma hierarquia importante: o que é dado, o que é informação e o que é conhecimento. Estudo da KPMG fez uma analogia interessante: se estivéssemos numa estação de trem e vissemos simplesmente um horário (por exemplo: 3 horas), seria apenas um dado porque está fora de contexto. Mas se lêssemos: 3 horas até Londres, teríamos uma informação. Já o conhecimento seria perceber que o trem que sai às 3h da tarde para Londres vai teoricamente chegar depois de outro que sai um pouco antes. Conhecimento, portanto, é quando consegue-se perceber o contexto e fazer uso daquela informação ou dado disponível. A informação pode ser estática e não se fazer uso nenhum dela: ela só se torna conhecimento a partir da sua utilização. A internet está cheia de informação mas, se não é utilizada, não vale nada.

Pre\$tando Conta\$ – Conclui-se então que a gestão do conhecimento trabalha justamente com a forma de utilizar essas informações.

Luiz Carlos – Esta é apenas uma dimensão da gestão do conhecimento, que se intitula combinação de

informações. Há também a internalização, externalização e socialização do conhecimento. Hoje, nas organizações, as pessoas podem ter um conhecimento acumulado individualmente, que não é transferido para a empresa, para a organização. A gestão do conhecimento ajuda nessa transferência, na transformação do conhecimento individual em conhecimento da organização, o que pode acontecer naturalmente, de forma não gerenciada. A gerência do conhecimento é quando a transferência é feita de forma organizada, alavancando o conhecimento das pessoas.

Pre\$tando Conta\$ – Há uma metodologia para esse tipo de gerenciamento?

Luiz Carlos – Segundo dois autores japoneses, Nonaka e Takeuchi, o conhecimento se subdivide em conhecimento explícito e tácito. Conhecimento explícito é aquele que se consegue articular, é o conhecimento que conseguimos transmitir na forma escrita ou verbal. Conhecimento tácito é aquele difícil de transmitir, de escrever, de repassar. Exemplo: andar de bicicleta. Como transmitir este conhecimento? Teria que ser mostrado na prática. A gestão do conhecimento pode ser focalizada em um ou outro tipo de conhecimento. A abordagem que utiliza mais o conhecimento explícito, chamado codificação, exige um pesado investimento em informação tecnológica na qual – pelo uso da intranet – transfere-se o conhecimento gerado ou existente em indivíduos e grupos para databases ou repositórios de conhecimento. Existe uma outra abordagem voltada para a área social, que se intitula personificação. Neste caso o investimento é direcionado para equipes pequenas, uma forma rica de transmitir o conhecimento tácito.

Pre\$tando Conta\$ –Tais equipes seriam compostas por pessoas com formação distinta trabalhando para uma mesma finalidade?

Luiz Carlos – Exatamente, com a empresa valorizando a diversidade e a multidisciplinaridade. Hoje as empresas européias e americanas estão atentas para a riqueza que significa empregar pessoas de idades, etnias, sexo, formação e cultura diferentes. Perceberam que isso traz inovação aos produtos, serviços e processos da organização. Pode ser complicado, em um primeiro momento, reunir pessoas diferentes (cada um tem a sua linguagem, a sua forma de apresentar idéias), mas a longo prazo resulta em algo incrível na organização.

ENTREVISTA

Luiz Carlos Azevedo, assessor especial do gabinete do Controlador Geral do Município

Pre\$tando Conta\$ - Nas últimas décadas a sociedade valorizou a tecnologia, a máquina. Você fala da valorização do ser humano, das características que uma máquina não possui. A gestão do conhecimento passa essa idéia?

Luiz Carlos - Totalmente. Quem está por trás da máquina, transferindo este conhecimento? A pessoa está usando a tecnologia simplesmente como veículo. Mas onde está retido o conhecimento? Na cabeça das pessoas. A revista Exame mostrou que das 500 maiores empresas do país em 1975, somente 162 continuaram na lista em 1995. Isto demonstra a dificuldade que as empresas têm para se adaptar e se manter competitivas. Sabendo gerir o conhecimento, agora elas podem manter-se no mercado. Para isso, precisam de algo além da tecnologia. A máquina não tem a sensibilidade para absorver o que se passa no mercado. A percepção das pessoas em relação ao que acontece no ambiente externo levam-nas a tomar as decisões próprias para enfrentar os desafios.

Pre\$tando Conta\$ - Isso é aplicável a qualquer área, qualquer profissão?

Luiz Carlos - Acontece em qualquer área. Na iniciativa privada existe uma pressão maior porque o ambiente é bastante turbulento: se as empresas não inovarem perdem mercado fácil. Na área pública é muito importante porque estima-se que entre 40% e 75% do conhecimento dentro das organizações governamentais é tácito. Na Controladoria do Rio, por exemplo, há gente fazendo concurso, indo para outros lugares, se aposentando. O conhecimento tácito dessas pessoas está indo com elas, daí a necessidade de gerenciar o conhecimento para que os funcionários, enquanto estiverem em atividade, transformem o conhecimento que possuem em melhorias para a organização.

Pre\$tando Conta\$ - Como direciona o seu trabalho para uma aplicação concreta na Controladoria?

Luiz Carlos - A gestão do conhecimento depende da valorização do ser humano e isso não pode ser ação de uma pessoa, mas uma ação conjunta e com envolvimento muito grande da liderança. Os líderes precisam participar, discutir e escolher a melhor forma de aplicação da gestão do conhecimento. Independente do caminho escolhido é necessário, primeiro, conscientizar os funcionários da Controladoria de que esse é um projeto institucional. O segundo passo seria mapear o conhecimento: saber quem sabe o quê. A IBM, por exemplo, faz isso por meio dos currículos, atualizados à medida que as pessoas aprendem coisas novas. É interessante porque assim descobre-se, por exemplo, um especialista em "bens móveis", não há perda de tempo. A IBM tem o que chama de yellow pages (páginas amarelas) internas, que facilita bastante o trabalho de localização do conhecimento.

Pre\$tando Conta\$ - Nesse sentido, a equipe de estudos técnicos recém-constituída na CGM, está de acordo com esta filosofia.

Luiz Carlos - Claro. Deve-se aproveitar o grupo para pensar como seria a gestão do conhecimento dentro da Controladoria. Este grupo está relacionado ao que mencionei antes: adaptar o que acontece no ambiente externo à realidade interna da Controladoria. O fato de ser constituído por equipes multidisciplinares faz com que as pessoas compartilhem o conhecimento, a sua expertise, com os demais participantes. O mais importante é saber onde queremos chegar, qual a visão de futuro, e direcionar os trabalhos das equipes para objetivos claros e metas que a instituição deseja atingir.

Pre\$tando Conta\$ - Qual é o título da sua dissertação de mestrado?

Luiz Carlos - É "Os desafios culturais da gestão do conhecimento nas organizações governamentais". Resolvi abordar a parte cultural porque 80% dos problemas que ocorrem dentro da gestão do conhecimento são problemas culturais das organizações. A cultura da organização influencia demais, pois quando tratamos de gestão do conhecimento estamos falando de compartilhar conhecimento. As pessoas naturalmente não fazem isso porque as organizações, normalmente burocráticas, valorizam o conhecimento individual: o profissional recebe o salário pelo que conhece como indivíduo e não como grupo. Isto faz com que as pessoas não contribuam. Temos uma estrutura burocrática com muitas camadas entre o topo e a base. E a comunicação tanto de cima para baixo como de baixo para cima é um problema. Diz-se uma coisa aqui e chega na ponta de outra forma.

Pre\$tando Conta\$ - Neste caso, a intranet é uma ferramenta útil. A combinação de intranet e internet pode ser importante para a disseminação do conhecimento e o seu gerenciamento.

Luiz Carlos - Sim. A tecnologia facilita a disseminação do conhecimento. Só que o mais importante é vencer o problema cultural: as pessoas estão preparadas para a intranet? Eu acredito que, se em um intervalo de tempo, conseguirmos criar uma cultura de compartilhar fica mais fácil utilizarmos diferentes tecnologias da informação. Claro que depende muito dos líderes, guardiões da cultura da organização. As pessoas acabam repetindo o comportamento do líder: se ele não compartilha conhecimentos, os outros também não irão compartilhar. É um grande trabalho em equipe. Um indicador de que há gestão do conhecimento dentro da organização é ver quantas equipes existem na empresa, quantas pessoas estão envolvidas em projetos compartilhando o conhecimento que possuem.

Site da controladoria recebe cerca de 770 visitas por mês

Entre as seções típicas de prestação de serviço do site da Controladoria, a tabela de preços de gêneros alimentícios (atualizada quinzenalmente); de materiais diversos, de material hospitalar, do setor de vigilância, de segurança e do setor de limpeza (atualizadas trimestralmente) estão entre as consultadas com maior frequência – ao lado dos quadros mensais, bimestrais e quadrimestrais exigidos pela LRF e da divulgação do status corrente dos resultados das auditorias conduzidas pela equipe de profissionais da CGM.

A página oficial na web (www.rio.rj.gov.br/cgm) incluiu ainda a versão digital das seguintes publicações produzidas pela assessoria de comunicação: quatro edições do Pre\$tando Conta\$ (informativo bimestral);

três Cadernos da Controladoria (série de ensaios trimestrais) e quatro volumes de Fraudes & Corrupção (dossiês temáticos produzi-dos a partir de clipping sobre assuntos atuais, de interesse para as áreas de controle e administração pública).

Além das seções fixas, também estão disponíveis no site os seguintes serviços para consulta: SISLEGIS (Sistema de Legislação do Município); informações sobre convocações de concursados da CGM; um roteiro de acesso ao FINCON e um sistema de cadastro para recebimento de novidades da página via e-mail, que até o fim de dezembro somava 151 usuários cadastrados.

Números do site da Controladoria (maio/dezembro 2001)

Média de visitantes únicos por mês	770
Média de page views por mês	4.250
Número de matérias colocadas no clipping especial	140
Número de matérias colocadas no clipping diário	aproximadamente 3.800
Textos Selecionados inseridos	39
Enquetes realizadas	3

Você sabe o que é orçamento participativo?

Sim - 23,29%

Não - 65,75%

Em parte - 10,96%

Auditoria ambiental: você sabe do que se trata?

Sim - 51,82%

Não - 40,00%

Em parte - 8,18%

Você sabe o que faz uma controladoria?

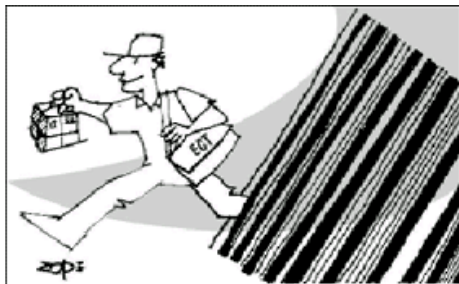
Sim - 35,29%

Não - 35,29%

Em parte - 29,41%

Parceria agiliza a entrega de correspondências da Prefeitura

Para agilizar a entrega de correspondências enviadas pela Prefeitura do Rio, a Empresa Municipal de Informática (IplanRio) reeditou uma parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). O sistema funciona por meio de um código de barras impresso nos documentos, chamado PostNet, que facilita a triagem, a separação e o envio do material despachado via postal.



O PostNet é formado por nove dígitos: oito números relativos ao CEP, acrescidos de um código verificador. O recurso foi desenvolvido para validar as informações caso algumas barras tenham sido danificadas durante o manuseio do material. Outra vantagem do código é o grau de detalhamento das informações que proporciona, entre as quais a identificação do distrito correspondente para a entrega. Para utilizar esse recurso, empresas ou órgãos do Município precisam apenas de um microcomputador e de uma impressora comum. Os únicos documentos emitidos pela Prefeitura que não podem utilizar o PostNet são as multas, pois possuem uma dobra de papel que inviabiliza o uso do código.

Apesar de estar disponível desde outubro de 2000, quando todos os órgãos municipais receberam informações sobre o PostNet, apenas alguns setores municipais estavam utilizando o serviço em 2001, entre eles o PreviRio, a Secretaria Municipal de Fazenda e a Procuradoria Geral do Município.

ESTANTE

Estudo conta a evolução da licitação no mundo



Evolução dos métodos de licitação de obras públicas em diversos países
A. P. Ducret, Tradução de Fernando V. Dias
São Paulo: Sinduscon, 1984. 62p.

O livro *Evolução dos métodos de licitação de obras públicas em diversos países* é a tradução de um artigo do engenheiro francês A.P.Ducret, publicado originalmente em setembro de 1955 na revista *Annales de l'Institut Technique du Bâtiment et des Travaux Public* (Anais do Instituto Técnico de Edificação e Obras Públicas). Na época, Ducret era Secretário Geral da Federação Internacional de Edificação e Obras Públicas.

Impressionados com a atualidade das opiniões, idéias e conceitos sobre o assunto licitação contidas no artigo de Ducret – e considerando conveniente e necessária sua divulgação entre engenheiros, empresas de construção e organismos públicos – profissionais e diretores do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo, promoveram a publicação da tradução do texto para o português em abril de 1984.

“Há, na verdade, somente pequenas variações sobre o mesmo tema. Essas discussões nos levaram a verificar que a problemática é mundial e que nossos problemas não são só nossos. Para solucioná-los, não há que se redescobrir a pólvora ou uma fórmula mágica. Há que se procurar uma atitude séria e um comportamento ético nas relações entre empreiteiros e órgãos públicos”, ressalta no prefácio do livro o engenheiro civil Fernando Viola Reis Dias, que também assina a tradução técnica do artigo.

O livro tem uma linguagem acessível e constitui leitura agradável para leigos e técnicos. Ao fazer um breve histórico do assunto, o engenheiro francês Ducret conta que o regime de licitação, como forma de convocar a concorrência, já era utilizado em sua forma oral na Roma Antiga e foi retomado, mais tarde, no período da Idade Média.

Tratava-se de uma espécie de leilão das obras públicas, em que os concorrentes eram convidados a participar de uma assembléia pública, por ocasião da qual lhes era entregue uma descrição detalhada da obra a ser realizada e onde apresentavam oralmente suas propostas; a adjudicação ocorria no próprio local, imediatamente e de acordo com a oferta mais barata”.

Com 62 páginas, *Evolução dos métodos de licitação de obras públicas em diversos países* está dividido em sete tópicos: definição da licitação, breve histórico da licitação, os grandes princípios da licitação, princípios de adjudicação das obras, os diversos tipos de licitação, os diferentes tipos de contratos e, para encerrar, outros aspectos do problema das licitações.

Grupos de estudos técnicos reforçam proposta de capacitação interna



Acompanhar de perto o que está acontecendo no mundo nas áreas de interesse da Controladoria Geral – como auditoria, contabilidade e controle na administração pública – e assim aprimorar o conhecimento dos servidores da CGM. Para isto foi criado em novembro um comitê para organizar os grupos internos de estudos técnicos. Instituído de maneira informal e inicialmente composto por quatro representantes (do gabinete do Controlador, da diretoria de Recursos Humanos e da assessoria de Comunicação Social), a idéia do comitê é trabalhar com questões ligadas à área de gestão do conhecimento.

A primeira atividade da equipe organizadora nas reuniões realizadas em dezembro foi listar algumas regras básicas a serem divulgadas em janeiro de 2002, mês de composição dos dois grupos pilotos de discussão: um para tratar de tema da atualidade (o caso Enron, de grande repercussão na mídia internacional) e outro com interessados no aprofundamento da discussão de um artigo sobre teoria dos jogos, licitações e formação de cartéis. De acordo com Antonio Cesar Lins, assessor do gabinete do Controlador, “não estipulamos muitas regras justamente para que, a partir destes dois grupos, possamos depois estabelecer melhor os parâmetros. Aí sim vamos saber o que deve funcionar bem e que tipos de ações interessam. Como temos um conhecimento razoável da cultura que permeia o cotidiano da Controladoria optamos por organizar dois grupos”.

Ponto importante a ser considerado na formação de grupos futuros será o inventário de auto-avaliação para trabalho em equipes, voltado para identificar o perfil das pessoas, no qual todas se auto-avaliam, em levantamento a ser conduzido pelo assessor Luiz Carlos Azevedo no início de 2002. Os resultados deverão compor um banco de dados vinculado à área de Recursos Humanos. A iniciativa permitirá, aos poucos, reunir pessoas com perfis diferentes, de maneira que o trabalho em equipe seja mais produtivo.

“A proposta”, adianta Antonio Cesar Lins, “é buscar pessoas diferentes, com seus diferentes conhecimentos se completando, trocando, interagindo, sendo disseminados. A idéia é que esta cultura vá se propagando a partir dos grupos de estudos. Outra coisa importante é que, a partir dos grupos, podemos ter sugestões de como a Controladoria pode atuar ou medidas que a Controladoria pode tomar, sugestões que podem significar alternativas passíveis de serem implementadas com base nas conclusões desses grupos. Trata-se de decorrência natural do trabalho de um grupo de pessoas que passa a dar atenção a categorias diversas de problemas para, no final, verificar a sua relação com a Controladoria, com a Prefeitura ou com a administração pública”.

Os dois grupos de estudos técnicos serão formados por 14 pessoas, sete em cada grupo, que fazem parte do universo de mais de 400 servidores da Controladoria Geral do Município. Um dos objetivos da ação é apresentar publicamente as conclusões dos grupos fazendo simultaneamente a integração entre pessoas e a disseminação do conhecimento: o interesse é que haja interação não só dos setores, mas também dos indivíduos. Dessa forma, os três objetivos principais poderão ser alcançados – disseminação do conhecimento, atualização e integração entre os profissionais do quadro da Controladoria na busca de novas soluções e alternativas para atividades da Controladoria e da administração pública.

Expediente:

Demonstrativos LRF

Relatório de Gestão Fiscal.
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.
Novembro de 2001

Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
Balanço Orçamentário.
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
Novembro de 2001